Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que vem por aí

Nas rodas de conversa de Brasília, muita gente diz que o caso da antiga Odebrecht e o seu departamento propina descoberto na Lava-Jato vai virar "juizado de pequenas causas", quando vierem à tona os valores que o esquema do ex-controlador Daniel Vorcaro distribuía a quem lhe interessava agradar.

Por falar em Lava-Jato...

No meio jurídico, as comparações com aquele escândalo que chocou o país há 10 anos não param aí. A avaliação é a de que, se houver repetição dos métodos, corre o risco de lá na frente, cair tudo.

Festa adiada & vingança

Os bolsonaristas esperavam fechar o Mês das Mães com a soltura de muitos dos condenados pelo 8 de janeiro. Agora, terão que esperar pelo julgamento da validades da Lei da Dosimetria. Se o texto for derrubado pelo STF, aumentará a pressão no Senado pelo impeachment de ministros do Supremo. E, do jeito que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, está aliado dessa turma, já tem gente apostando que o dia de fazer esses pedidos caminharem não está longe.

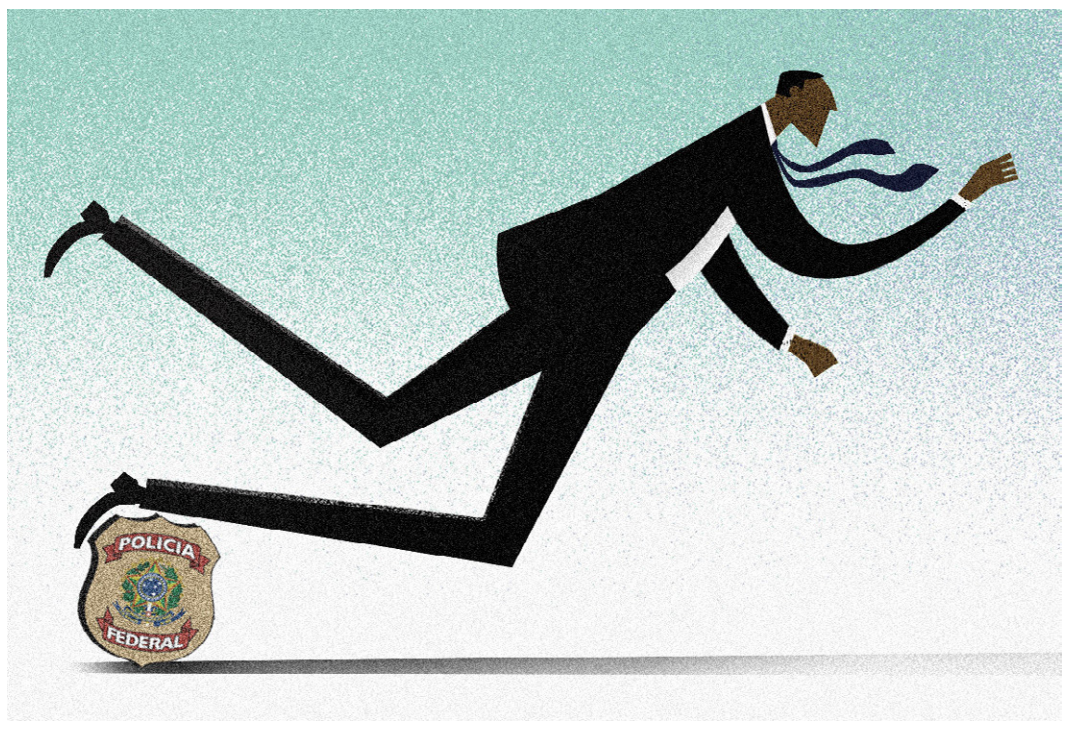
Janela de oportunidade

Parlamentares defensores do biodiesel pressionam o governo para que anuncie o aumento da mistura de biodiesel no diesel fóssil, nesta segunda-feira, durante reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), considera esse encontro o momento perfeito para que o Brasil se firme como liderança global na transição energética. "Em um cenário internacional marcado pela volatilidade energética, ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes significa proteger o consumidor brasileiro e fortalecer a soberania energética nacional", defende.

Operação trava palanques

O ingresso oficial do presidente do PP, senador Ciro Nogueira, no rol de suspeitos de ter a digital no escândalo do Banco Master atrasou a definição de palanques estaduais. Ciro é considerado um líder de primeira grandeza nessas negociações do partido nos estados e, agora, terá que colocar essas montagens de palanques em segundo plano para poder cuidar da própria defesa. Para completar, os potenciais aliados do Progressistas também não querem se comprometer com a legenda de Ciro Nogueira e, depois, verem-se obrigados a ficar na defensiva durante a campanha. A ordem agora é esperar os desdobramentos da operação.

Maiores colégios/ Em São Paulo, o Republicanos do governador Tarcísio de Freitas adiou na semana passada o evento em que o PP anunciaria apoio à reeleição de Tarcísio e sequer marcou data para esse embarque. Em Minas Gerais, também está tudo praticamente parado no quesito montagem de palanques. Ninguém tem dúvidas de que, se as citações a Ciro no caso Master mexeram em muitos palanques, vai ser difícil os estados manterem suas composições de chapas.



CURTIDAS

Outros tempos/ Nos início dos anos 1990, os políticos mais experientes costumavam dizer que era praticamente impossível impedir alguns bandidos e corruptos fossem filiados a partidos políticos. Porém, esses conhecedores do ramo completavam: "O que podemos fazer é evitar que assumam o comando". Isso mudou nos dias atuais.

"Esse leilão de energia de reserva de capacidade dá 10 Vorcaros"

Deputado Danilo Forte (União-CE), *que na semana passada levantou suspeitas e pediu uma investigação da PF sobre o leilão de energia realizado em março, que reforça o uso das térmicas abastecidas a combustíveis fósseis e carvão*

Ed Alves CB/DA Press

Sozinho.../ ..., mas com Deus, seu trabalho, a consciência tranquila e a população, em especial do DF. É assim que amigos do relator do caso Master no Supremo Tribunal Federal, ministro André Mendonça (**foto**), dizem que ele costuma reagir, quando alguém pergunta se ele está meio isolado no Supremo.

Dia das Mães/ Não tem palavra mais doce, nem amor, nem colo maior. Se você ainda tem a sua por perto, agradeça aos céus. Se não tem, hoje é um momento de oração e meditação para buscar a conexão. Feliz Dia das Mães!

PODER/ Após apresentar plano a Trump e de olho em outubro, governo anuncia nesta semana pacote com série de ações para fortalecer o combate ao crime organizado. Tema figura como uma das maiores preocupações do eleitorado

Lula aposta na segurança

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai anunciar, nesta semana, o plano Brasil Contra o Crime Organizado, que visa endurecer o combate às facções criminosas. A iniciativa ganhou destaque após reunião entre o petista e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Washington. O lançamento está previsto para esta terça-feira, segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva. É uma forma de Lula entregar resultados na área de segurança às vésperas da campanha eleitoral, já que o tema é uma das principais preocupações dos eleitores atualmente.

O pacote será dividido em quatro eixos: asfixia financeira das organizações criminosas; aumento da segurança nos presídios; aumento da taxa de resolução dos homicídios; e combate ao tráfico de armas. O investimento previsto para as ações é de R$ 960 milhões, que já foram alocados como crédito extraordinário para o Fundo Nacional da Segurança Pública e para o Fundo Penitenciário Nacional.

"Nós estamos levando muito a sério essa questão do crime organizado. Nós temos que dizer ao povo brasileiro que o território de uma cidade é do povo, e não de uma facção criminosa", disse o presidente em coletiva de imprensa na Embaixada do Brasil em Washington na quinta-feira passada, logo depois da reunião com Trump. "A partir da semana que vem, vamos lançar o plano de combate ao crime organizado, que é para valer. Quem escapou até a semana que vem, tudo bem. Mas, quem não escapou, não vai escapar mais", acrescentou.

O plano está alinhado com a Lei Antifacção, proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso Nacional, que aumentou penas para crimes cometidos por facciosos e facilitou a apreensão de bens. Já para os líderes das organizações criminosas, serão negados benefícios como fiança, liberdade condicional, anistia e indulto, além de a progressão de pena ficar mais restrita.

Material cedido ao Correio

Investimento previsto para combater facções será de R$ 960 mihões

Segundo o ministro da Justiça, a proposta foi apresentada a Trump, que teria elogiado a medida. "Nós tivemos a oportunidade de compartilhar com o presidente dos Estados Unidos a nossa intenção, o formato do plano que nós vamos apresentar à sociedade brasileira na terça-feira. Durante a própria apresentação das ideias, o presidente Trump revelou e expressou muitos elogios, e uma percepção de muita adequação dos critérios", comentou Lima e Silva na sexta-feira, durante a solenidade de formatura de novos agentes da Polícia Federal.

A apresentação do plano a Trump ocorre em meio a temores de que a administração americana classifique o PCC e o CV como organizações criminosas. Para o governo brasileiro, a medida poderia ser usada como pretexto para que os EUA realizem intervenções em território brasileiro, como já ocorreu na Venezuela, na Colômbia e no México. Assim, o Brasil tenta demover a gestão Trump, mostrando ações em segurança pública e ampliando a cooperação com as autoridades americanas.

A dor de cabeça maior, porém, é nacional. A segurança pública desponta como uma das maiores ameaças à população brasileira, o que, consequentemente, tem impactos na disputa eleitoral. Segundo pesquisa Datafolha divulgada em março, a segurança ficou em segundo lugar na lista de preocupações, mencionada como o principal problema do Brasil por 19% dos entrevistados. Ficou atrás apenas da saúde, citada por 21% dos eleitores. Depois, vieram temores com a economia (11%), educação (9%) e corrupção (9%).

O governo vê com preocupação também a expansão das organizações criminosas nos últimos anos, que viraram "multinacionais do crime", nas palavras de Lula. Pesa ainda quem são os adversários do líder petista nas eleições: o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e os ex-governadores Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD), todos de direita, adotam um discurso mais duro no combate ao crime, com maior aceitação no eleitorado brasileiro.

Reforço contra as facções

O governo federal anuncia nesta semana o plano Brasil Contra o Crime Organizado, com investimento de quase **R$ 1 bilhão**. A iniciativa abarca desde a asfixia financeira das facções até o reforço na segurança dos presídios. Com a segurança entre as principais preocupações dos eleitores brasileiros, Lula corre para deixar marcas no combate ao crime e preparar respostas aos questionamentos que receberá da oposição durante a campanha eleitoral.

Veja os quatro eixos do plano de combate ao crime organizado
- Aumento da segurança nos presídios
- Asfixia financeira das organizações criminosas
- Aumento da taxa de resolução de homicídios
- Combate ao tráfico de armas

Destaque: R$ 960 milhões para o Fundo Nacional da Segurança Pública e para o Fundo Penitenciário Nacional.

Homicídios

Buscando apresentar respostas, o presidente Lula sancionou, na semana passada, lei que endurece as penas para crimes como furto de celulares, golpes digitais, receptação, latrocínio e estelionato. Já o pacote que será anunciado nesta semana prevê uma série de ações para fortalecer o combate ao crime organizado. Uma delas é ampliar a investigação financeira e recuperação de ativos e bens, agilizando, por exemplo, a realização de leilões. É uma forma de retirar recursos das facções, e incorporá-los ao financiamento da segurança.

O governo também quer aumentar a taxa de resolução de homicídios. Entre 2023 e 2024, apenas 36% dos casos chegaram a uma conclusão, segundo estudo divulgado pelo Instituto Sou da Paz no fim do ano passado. Para aumentar esse índice, o governo deve ampliar o investimento nas polícias científicas e na unificação de bancos de dados de balística e de perfis genéticos. Já nos presídios, a ideia é fortalecer as cadeias estaduais, aproximando seu padrão do praticado nas cinco prisões federais. Finalmente, para combater a circulação ilegal de armas, a gestão federal quer coordenar ações para retirar armas das milícias e do tráfico e combater a fabricação ilegal, como a impressão 3D de armamentos.